



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**PARECER:** 657/2019-G4P

**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 20.935/2018-e

**EMENTA:** 1. REPRESENTAÇÃO. SINDICATO DOS SERVIDORES INTEGRANTES DA CARREIRA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS DO DISTRITO FEDERAL – SINDAFIS. PEDIDO DE CAUTELAR. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE. POSSÍVEIS VIOLAÇÕES A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.150/2008. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS EM PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIA NO ÂMBITO DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – AGEFIS. DECISÃO Nº 3.478/2018. CONHECIMENTO. APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS PELA JURISDICIONADA. ANÁLISE DO MÉRITO DAS REPRESENTAÇÕES. PROCEDÊNCIA DAS REPRESENTAÇÕES DE PEÇAS 3 E 7. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO Nº 5.787/2018. REJEIÇÃO. APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS. DECRETO Nº 39.596/2018. CONVALIDAÇÃO DE INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA AGEFIS. DECISÃO Nº 1.799/2019. REITERAÇÃO DO ITEM III DA DECISÃO Nº 5.178/2018. DETERMINAÇÃO À JURISDICIONADA. ADVENTO DA LEI Nº 6.302/2019 (EXTINÇÃO DA AGEFIS) E DO DECRETO Nº 39.895/2019 (ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO DF LEGAL).  
2. UNIDADE TÉCNICA CONSIDERA **CUMPRIDOS** OS ITENS II E II DA DECISÃO Nº 1.799/2019. **ARQUIVAMENTO** DOS AUTOS.  
3. PARECER **CONVERGENTE DO PARQUET** ESPECIALIZADO.

1. Tratam os autos de representações (peças 3, 6, 7 e 8), com pedidos cautelares, formuladas pelo Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal – SINDAFIS, noticiando possíveis violações a dispositivos da Lei nº 4.150/2008, que estabelecem competências para o julgamento de recursos administrativos em primeira e segunda instância no âmbito da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS.

2. Inicialmente, esta c. **Corte** manifestou-se pelo **conhecimento** das representações, sendo fixado prazo para que a Agência se pronunciasse sobre os fatos nelas descritos, nos termos da r. Decisão nº 3.748/2018 (Peça nº 15), **in verbis**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das representações formuladas pelo Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal – SINDAFIS; II – com fundamento no art. 230, § 7º, c/c o art. 277, § 3º, ambos do*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*RI/TCDF, conceder à Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS prazo de 5 (cinco) dias para que apresente esclarecimentos acerca dos fatos narrados nas representações contidas no feito em exame; III – autorizar: a) que se dê ciência do teor desta deliberação à representante; b) o envio de cópia das representações à jurisdição, a fim de subsidiar sua manifestação; c) a devolução do feito à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins, recomendando que conferir prioridade à análise dos esclarecimentos a serem encaminhados pela jurisdição.”*

3. Ato contínuo, após os esclarecimentos apresentados pela AGEFIS (Peça nº 20), o e. **Plenário**, por meio da r. Decisão nº 5.178/2018 (Peça nº 31), considerou **improcedentes** as Representações de Peças nºs 6 e 8, e **procedentes** as de Peças nºs 3 e 7.

4. Ainda no mesmo r. **Decisum**, o c. **TCDF** considerou **ilegal** o art. 24 da Instrução Normativa nº 124/2017, por conflito direto com a disposição literal do art. 9º, c/c art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 4.150/2008 (julgamentos em primeira instância) e, em consequência, determinou a adoção imediata das **providências necessárias ao exato cumprimento da Lei** e a comunicação das medidas ao c. **Tribunal**, no prazo de 30 dias. A propósito, os termos da referida deliberação plenária:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEIGDF nº 729/2018 – AGEFIS/DG/GAB (peça 20); II – considerar: a) no mérito: 1) improcedentes as representações formuladas pelo Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal – Sindafis, de peças 6 e 8, em relação ao julgamento de recursos administrativos em segunda instância e o possível conflito de competências entre a Diretoria-Geral e o Tribunal de Julgamento Administrativo – TJA; 2) procedentes as representações de peças 3 e 7, que tratam do julgamento de recursos administrativos em primeira instância e do conflito de competências entre as diretorias de fiscalização e a Unidade Técnica de Julgamento – UTJ; b) ilegal o art. 24 da Instrução Normativa nº 124/2017, por conflito direto com a disposição literal do art. 9º, c/c o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 4.150/2008 (julgamentos em primeira instância); III – determinar, com fulcro no art. 45 da Lei Complementar nº 1/1994 e no art. 249 do RI/TCDF, à Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS que adote de imediato as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, informando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Informação nº 171/2018-DIACOMP1 à Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS, para subsidiar o cumprimento do item III; b) a ciência desta decisão ao Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal – Sindafis e à Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS; c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.” (Grifos acrescidos).*

5. Em face da deliberação supra, a AGEFIS opôs embargos de declaração (Peça nº 35), os quais foram **conhecidos**, mas **rejeitados** por esta c. **Corte** mediante a r. Decisão nº 5.787/2018 (Peça nº 39).

6. Por conseguinte, mediante expediente de Peça nº 43, a Agência, buscando adotar as providências necessárias para o cumprimento do item III da r. Decisão nº 5.178/2018, noticiou a edição do **Decreto nº 39.596/2018**, que, segundo seu entendimento, teria **superado**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

o “suposto conflito entre o referido artigo 9º da Lei distrital 4.150/2008 e o mencionado artigo 24 do Regimento Interno baixado pela Instrução normativa 124/2107”.

7. Ainda por meio do mencionado documento, salientou que o Exmo. Governador do Distrito Federal, por meio do mesmo Decreto, **convalidou** as disposições do art. 24 do Regimento Interno daquela Autarquia, desde a data de sua edição.

8. No entanto, na última assentada, o e. **Plenário** entendeu **não ser possível a convalidação de atos regrados pela Instrução Normativa nº 124/2017**, em **afronta** à Lei nº 4.150/2008, visto ocorrer **vício relacionado ao objeto** dos atos, **insanável** por natureza, de modo que a edição do Decreto nº 39.596/2018 - DF não possuía o condão de suprir a irregularidade quanto à ilegalidade do art. 24 da IN nº 124/2017.

9. Dessa forma, por meio da r. Decisão nº 1.799/2019 (Peça nº 51), deliberou no sentido de que a jurisdicionada procedesse ao reexame de todos os atos praticados com base na legislação considerada ilegal, nos seguintes termos:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar não atendida a diligência determinada pelo item III da Decisão nº 5.178/2018; II – reiterar a diligência constante do item III da referida deliberação plenária para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal promova, de imediato, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, informando a esta Corte de Contas as medidas adotadas; **III – determinar à jurisdicionada que proceda ao exame de todos os atos praticados com base no art. 24 da Instrução Normativa nº 124/2017 e no Decreto nº 39.596/2018, em razão da patente inadequação nos normativos frente à Lei nº 4.150/2008, de modo a realizar novos julgamentos ao abrigo da legislação então aplicável**; IV – dar ciência desta decisão ao Senhor Governador do Distrito Federal.”*

10. Na atual fase, a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal se manifestou, remetendo a esta Casa o Ofício SEI-GDF nº 336/2019 - DF-LEGAL/GAB (Peça 61).

11. Por seu turno, diante de tais esclarecimentos, o Corpo Técnico, por meio da Informação nº 74/2019-DIGEM3 (Peça nº 62), concluiu o seu exame nos seguintes termos:

*“11. A Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS foi extinta pela Lei nº 6.302, de 16.05.2019 (publicada no DODF de 17.05.2019, pág. 1), a qual dispôs, também, sobre a criação da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal:*

*(...)*

*12. De seu turno, o Decreto Distrital nº 39.895/2019, ao dispor sobre a estrutura administrativa da DF Legal, atribuiu à Unidade de Instrução e Análise de Recursos – UNIAR “acolher, instruir e julgar, em primeira instância, as reclamações, representações, impugnações, recursos e processos oriundos do exercício da fiscalização de atividades urbanas e da fiscalização de resíduos” (art. 3º).*

*13. Vê-se, assim, que a “vexata quaestio” relativa à colisão entre dispositivos da Instrução Normativa nº 124/2017 - Agéfis e artigos da Lei nº 4.150/2008 encontrase superada – a partir de 17.05.2019 – em função da revogação desta lei, da extinção da*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*Agefis e da consequente redistribuição de suas atribuições pelos atos normativos acima referidos.*

*14. De todo modo, em relação às questões pretéritas, cumpre analisar o atendimento ao decisor desta Corte.*

*15. Em resposta à Decisão nº 1799/2019 (peça 51), a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal encaminhou a esta Casa Ofício SEI-GDF nº 336/2019 - DF-LEGAL/GAB (peça 61), com o seguinte teor:*

*Ao tempo que o cumprimento, reportamo-nos ao Ofício nº 3274/2018- GP (23099312) referente ao Processo nº 20935/2018-e, Decisão nº 1799/2019, que remete a possíveis violações a dispositivos da Lei nº 4.150/2008, que estabelecem competências para o julgamento de recursos administrativos em primeira e segunda instância no âmbito da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal. Sirvo-me do presente para informar que em cumprimento a r. decisão nº 1799/2019, começamos a realizar novos julgamentos ao abrigo da legislação aplicável conforme publicação no DODF nº 149, página 38 de 8 de agosto do ano em curso, conforme documento SEI (26397327)*

*16. Em que pese a extinção da Agefis e a revogação da Lei nº 4.150/2008, pela Lei nº 6.302/2019, subsiste a questão relativa aos feitos existentes no DF Legal herdados da autarquia, com recursos julgados anteriormente a 17.05.2019, que estavam – irregularmente – sendo processados com base na Instrução Normativa nº 124/2017.*

*17. A fl.04 da peça 61, comparece cópia da página 39 do DODF de 08.08.2019, do qual se extrai o Edital de Intimação, como segue:*

*18. Dessarte, constata-se, dos parágrafos anteriores, o atendimento satisfatório aos itens II e III da Decisão nº 1799/2019 (peça 51). Não havendo mais providências a cargo do controle externo, pode o Tribunal autorizar o arquivamento do feito. ”*

12. Em consequência, sugeriu ao e. **Plenário**:

*“I. tomar conhecimento a. desta Informação; b. do Ofício SEI-GDF nº 336/2019 - DF-LEGAL/GAB e documentos anexos (peça 61);*

*II. considerar atendidos os itens II e III da Decisão nº 1799/2019 (peça 51);*

*III. autorizar o envio de cópia desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Representante e à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal;*

*IV. restituir os autos à Segem, para fins de arquivamento. ”*

13. Os termos da Informação nº 74/2019-DIGEM3 foram acolhidos integralmente pelo Secretário de Controle Externo, conforme Peça nº 63 dos autos. Conforme o r. Despacho Singular nº 479/2109 – GCRR (Peça nº 65), os autos foram encaminhados ao **MPC/DF** para emissão de Parecer.

14. Feito este breve relato, passo a opinar.

15. **Ab initio**, informo que a atual etapa processual se presta ao exame das providências adotadas pela jurisdicionada em atenção às rr. Decisões nºs 5.178/2018 e 1.799/2019 (Peça nº 51), que considerou **ilegal** o art. 24 da Instrução Normativa nº 124/2017<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Aprovou o Regimento Interno da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS, conforme alteração da estrutura administrativa da AGEFIS estabelecida pelo Decreto nº 38.214, de 23 de maio de 2017



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

e que determinou à AGEFIS que procedesse **ao exame de todos os atos praticados com base na citada legislação**, respectivamente.

16. Vale registrar que foi publicado no DODF de 17/5/2019 a Lei nº 6.302/2019, que **extinguiu** a AGEFIS e criou a **Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal**.

17. Nesse contexto, o Decreto nº 39.895/2019, ao dispor sobre a estrutura administrativa da DF Legal, atribuiu à Unidade de Instrução e Análise de Recursos – UNIAR a competência de **juízo, em primeira instância, dos recursos administrativos decorrentes das ações fiscais da Autarquia**. A propósito, os termos do mencionado Decreto:

*“Art. 3º Compete à Unidade de Instrução e Análise de Recursos - UNIAR acolher, instruir e **juizar, em primeira instância, as reclamações, representações, impugnações, recursos e processos oriundos do exercício da fiscalização de atividades urbanas e da fiscalização de resíduos, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Regimento Interno da Secretaria.***

*Parágrafo único. A atribuição de juizar, em segunda e última instância, os processos administrativos fiscais e de exigência de créditos tributários e não-tributários oriundos do exercício do poder de polícia, fica vinculada à Junta de Análise de Recursos - JAR, unidade subordinada à Unidade de Instrução e Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF LEGAL. ”*

18. Dessa forma, ainda que extinta a AGEFIS por meio da Lei nº 6.302/2019, tal fato não prejudica a análise quanto ao cumprimento da determinação constante do item III da r. Decisão nº 1.799/2019, concernente aos recursos julgados anteriormente à data de 17/5/2019 que estavam irregularmente sendo processados com base na Instrução Normativa nº 124/2017.

19. Com efeito, em **consonância** com o exposto pelo Corpo Técnico, entendo que restou **atendida** a deliberação plenária, vez que o DF Legal informou que estava realizando **novos julgamentos ao abrigo da legislação aplicável**, o que resultou na publicação do Edital de Intimação nº 14<sup>2</sup>, de 7/8/2019, que considerou **procedentes as impugnações e anulou determinados autos de infração**, não havendo mais, portanto, qualquer providência a ser tomada por parte desta c. Corte.

20. Ante o exposto, este **Parquet** especializado **converge** com as conclusões emanadas do Corpo Técnico e, nesse sentido, opina pelo acolhimento das sugestões contidas na citada peça técnica.

É o Parecer.

Brasília, 6 de novembro de 2019.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador-Geral

<sup>2</sup> DODF de 8/8/2019 – Peça nº 61.